

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA 04/98 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1
2
3
4 Aos 19 dias do mês de março de 1998, no auditório da SMS - 2º andar, às 19 horas,
5 reuniu-se a plenária do Conselho Municipal Saúde para deliberar sobre a seguinte
6 pauta: **Leitura e apreciação da ata, retornos da reunião anterior, apresentação e**
7 **votação da proposta do regulamento da 1ª Conferência Municipal de DST/AIDS,**
8 **relato da visita da Comissão de Conselheiros ao HPS, esclarecimentos sobre a**
9 **Saúde em PoA e avisos da Secretaria Executiva.** Estiveram presentes os seguintes
10 conselheiros: Denise de Fátima Girardi, Cléia Teresinha da Costa Neuberger, Palmira
11 Marques da Fontoura, Sônia Maria L. Scheibler, Ramon Saraiva D' Galisteo,
12 Riograndino P. de Oliveira, Maria Luiza G. de Miranda, Giovana Roehe Monteiro,
13 Cláudio Nicolau P. Righetto, Natalino Salvador L. Pereira, Luigia Dalla Rosa, Ione
14 Teresinha Nichele, Alba Souza Corrêa, Maria Alice P. G. Calvete, Maria Ivone Dill, Cléia
15 Machado, Regina C. de Alencar Rodrigues, Juracy de Castro Correia, Taísa P.
16 Rodrigues dos Santos, Vara Suzana Athayde Paz, Luiza Maria Ribeiro, Antônio G. da
17 Silva, Tatiane da Silva, Lenise Hetzel, sônia Beatriz Mazullo, José Romélio Aquino,
18 Lúcio Borges Barcelos, Jorge Abib Cury, Roger dos Santos Rosa, Célia Ruthes, Delmar
19 Oliveira da Silveira, José Nilton Flores, Neusa s. L. Heinzelmann, Ana Lúcia Valente,
20 Ernani Tadeu Ramos, Renato Moreli Guimarães, Amaro Silva de Souza, Jairo F.
21 Tessari. Estiveram presentes também os seguintes não conselheiros: Raquel
22 Rodrigues - AFM, Janete Mengue da Silva - CLS 4, Maria Laura Xavier - U.S Inst.
23 Santa Cecília, Andréa da Silva - PPGA-UFRGS, Roberto Heinzelmann - Centro de
24 Saúde 05, Maria Geneci Silveira - SINDISPREV, Jailson Breno - CUT, Francisco
25 Mazzuca - GD 3, Lisiane Silva - U.S Santa Cecília, Teresinha Maraskin - GD 2, Paulo
26 Roberto Lopes - Univ. Federal da Bahia, José Albano Bitencourt - PSF Asa Branca,
27 Maria Lúcia Baldasso - CLS 4, Luiz Ricardo Gemelli - CLS 8, Maria Letícia Garcia -
28 CLS 4, Regina Rodrigues - Conselho local de Fortaleza, Joaquim D. Kliemann -
29 UACSS, João Alberto - Assoc. Mor. Vila das Placas, Walmaro Paz - Sind. Jornalistas,
30 Gerson Winkler - DST/AIDS, Maria Arlete Nascimento - Conselho Reg. Odontologia,
31 Rita Rosane da Silva - COOPRESTA, Henrique Pinto Dias - DST/AIDS, Gesséia
32 Lorenço - HPS, Ricardo Haesbaert - SERGS/FNE, Alberto Gabellini - CLS 8, Stênio
33 Rodrigues - CUT, Daniel Azambuja - HPS, Jane Pilar e Silvia Martins - Secretaria
34 Executiva - CMS. Coordenador Humberto inicia a reunião apresentando dois visitantes,
35 a Sr.ª Andréa de Oliveira Silva de Governador Valadares - Minas Gerais que está
36 cursando mestrado em Administração Pública na UFRGS e Paulo Roberto Pinheiro
37 Lopes da Universidade Federal de Bahia - Salvador que está realizando estágio em
38 Saúde Pública no Centro de Controle de Zoonoses da SMS. Após a Plenária se
39 apresenta. Estava pautado o Centro de Zoonoses, que cedeu o espaço ao Secretário
40 da SMS para realizar esclarecimentos sobre as denúncias do Deputado Onix. **A leitura**
41 **da ata** é realizada pela Sr.ª Ione e Sr.ª Jane, sendo aprovada com 22 votos e 08
42 abstenções. Sr. Ramon pede para acrescentar no nome do Sr. Riograndino, Oliveira, e
43 corrige o valor de R\$ 547.000,00. Sr. Gérson esclarece que não é possível comprar
44 medicação para câncer com verbas da DST/AIDS, que os preservativos que foram
45 recolhidos é da marca BLOWTEX-TEEM para adolescentes e que até junho haverá o
46 último repasse e não empréstimo da verba. Conselheira Célia do GAPA, esclarece que
47 o exame a qual se refere é o PCR. Conselheira Ana Lúcia solicita que seja incluído na
48 ata que quem fornece preservativos para a comunidade hemofílica do RS é Ministério
49 da Saúde através da SSMA. **Retornos da Ata anterior:** Coordenador Humberto
50 informa que foi enviado ofício ao Secretário da SSMA, Dr. Germano Bonow, sobre a
51 dificuldade na realização do exame PCR Quantitativo Carga Viral no laboratório -
52 LACER e Sr.ª Silvia faz a leitura do mesmo. Informa também que a Coordenação do
53 PSF incluiu no edital a contratação de médicos. O Núcleo de Coordenação do CMS
54 aprovou e solicita à plenária que as questões emergenciais de seleção de pessoal do
55 PSF possam ser deliberados diretamente pelo mesmo. A plenária concorda. **Pauta:**

56 **Proposta de regulamento da I Conferência de DST/AIDS**, foi aprovado que será feita
57 a leitura. Nos artigos que não tiverem pedidos de destaque, serão considerados
58 aprovados. Conselheira Giovana pede destaque nos artigos 2.6/art. 6º e conselheira
59 Regina em todo o regulamento. Propõe incluir ao final, diagnóstico e exames de
60 acompanhamento, são (aprovado). Art. 6º pede esclarecimentos se diminuiria a
61 representação dos serviços com a delegação da nota dos pré. Jane esclarece que os
62 delegados das pré-conferências são natos a partir da participação em três eventos,
63 portanto não atinge a proporcionalidade prevista para as instituições. A política está
64 fazendo contato com os participantes. Sr. Gerson informa que a Conferência Nacional
65 será em novembro de dezembro, portanto deve-se incluir no regulamento a eleição de
66 delegados para a Conferência Estadual e mudar de aprovação para apreciação.
67 Conselheira Regina manifesta-se que não entende porque o programa e a temática
68 estão inseridos no regulamento. Sr. Gerson e Jane esclarecem que é para
69 complementar a informação. A proposta é aprovada com 28 votos a favor e 1
70 abstenção. Portanto passa a vigorar como regulamento. Conselheiro Amaro relata e
71 visita feita à tarde pela Comissão de conselheiros do HPS, junto com o coordenador. A
72 comissão reuniu-se dia 17/3 e definiu pela visita; foi organizado um roteiro. A visita foi
73 realizada hoje a tarde, compareceu as conselheiros(as) Neusa , Palmira, Teresinha e
74 Nilton somente o conselheiro Jairo não compareceu, mas avisou previamente. A
75 direção foi visitada, questionamos sobre a ouvidoria e o CTA, no 1º o diretor explicou
76 que a chefia do plantão é o encarregado, quanto a reativação do CTA fomos
77 informados que será reformulado nos moldes de Conselho Gestor. A ampliação do HPS
78 será apresentada projeto posteriormente; ASHPS sugeriu visita à sala 06 e explicou
79 seu trabalho. A sala 06 faz triagem, filtra para onde vai os pacientes, salvo naquelas
80 situações que o paciente chega com risco de vida. No CEHPS o presidente não pode
81 nos receber, fomos duas vezes na sala. Na segunda vez conversamos com o Doutor
82 Franco Neto, colocou que não representa a direção do CEHPS. A visita foi
83 acompanhada pela diretora Arlete e pela enfermeira Fátima. Seguimos para Serviço
84 Social, falamos com Assistente Social Jane Volcan que colocou que o ponto crítico é a
85 transferência para outros hospitais principalmente na área de traumatologia. Na sala do
86 Poli havia dois médicos e quatro auxiliares de enfermagem, não havia nenhum
87 paciente no momento. No banco de sangue, constatamos o baixo estoque de alguns
88 tipos e barulho muito intenso na sala de preparo, há somente dois técnicos de
89 laboratório, ocasionando intensidade de trabalho. Na Tomografia havia problema na
90 escala dos médicos, o Dr. Gabriel que deveria estar ali não foi localizado. A capacidade
91 do tomografo é maior que a instalada quando se abre para mais exame, o profissional
92 médico reclama. Na sala 06 na escala previa três médicos no plantão, constatamos
93 apenas um. Pedimos as planilhas e anexamos a nossa visita. Registramos que um
94 médico que estava de férias na oftalmologia estava cobrindo o plantão de outro. Na
95 otorrino também estava trocado. O profissional colocou que a demanda atendida no
96 seu setor poderia ser atendido na rede. A oftalmologia tem dificuldade para encaminhar
97 ao hospital Banco de Olhos. Na Buco-Facial também houve escala não coincidia com o
98 profissional que ali estava. Sala de fraturas havia outro médico cobrindo o plantão, os
99 residentes fizeram reivindicações. Quanto ao lixo a separação por cores dos sacos, a
100 comissão avalia que não existe controle adequado dos resíduos na hora da saída. A
101 comissão não conclui a visita e propõe que a Comissão de Fiscalização deve ser
102 reativada e impulsionar a formação do Conselho Gestor do HPS. Coordenador
103 Humberto destaca que houve uma certa prepotência dos seus colegas em receber a
104 comissão, Neusa salienta que na área da enfermagem, coincidiu a escala.
105 **Esclarecimentos sobre a Saúde em PoA:** Coordenador Humberto introduz, dizendo
106 que o CMS deve estar sempre esclarecido das questões. É distribuído o texto “A
107 verdade sobre a Saúde”. Secretário começa expondo os fatos situando para que o
108 CMS se posicione sobre os mesmos. A SMS caracteriza como de extrema gravidade
109 as denúncias do Deputado Onix, que estaríamos retendo recursos do SUS e desviando
110 para outros fins que não assistência hospitalar. A acusação é de que a PMPA teria

111 economizado R\$ 9,9 milhões, deixando de prestar 4,8 milhões de atendimentos
112 ambulatoriais e 10.605 internações hospitalares. Para construir este número fictício,
113 foram utilizados dados da previsão e não do efetivamente repassados ao município
114 para o pagamento dos serviços ambulatoriais e internações hospitalares pelo SUS em
115 Porto Alegre. Desse modo, montaram uma tabela na qual aparece inexistente para o
116 município da ordem de R\$ 358.546.566 apurada de agosto/96 a dezembro/97, e uma
117 despesa com os prestadores de serviço da ordem de R\$ 348.654.780. Isso Resultaria
118 num superávit de cerca de 10 milhões (os 9,9 milhões). Na verdade, porém, a situação
119 é inversa. Desde a municipalização da saúde de Porto Alegre, em agosto de 1996, até
120 dezembro de 1997, as receitas da PMPA relativas ao pagamento de internações
121 hospitalares e atendimentos ambulatoriais - incluindo as aplicações financeiras - foram
122 de R\$ 336.358.962,00. As despesas neste mesmo período foram de R\$
123 338.555.875,00 gerando, portanto, na verdade um déficit para o município de R\$
124 2.196.913,00. A segunda acusação é de que o município de Porto Alegre teria reduzido
125 o número de internações hospitalares após a municipalização da saúde. Após a
126 municipalização da saúde em Porto Alegre houve incremento do número de
127 internações hospitalares pelo SUS. No período de agosto/96 a julho/97 (1º ano de
128 saúde municipalizada), foram realizadas 188.264 internações hospitalares. Portanto,
129 um aumento de 5.084 internações/ano em Porto Alegre após a municipalização. O
130 Secretário comenta que o Deputado não encaminhou à SMS nenhum pedido de
131 informação, foi direto à imprensa. A denúncia está inserida num contexto maior. O
132 objetivo é atacar o Sistema Municipal de Saúde. O ataque é eleitoral com propósito de
133 isolar o município de PoA que aparece como vilão. Como se nos outros municípios não
134 houvesse problemas de saúde. Colocam como se o Gestor Municipal não desse conta.
135 E quanto a redução de verbas, quem diminuiu é o estado que não cumpre a LDO, ficou
136 devendo R\$ 44 milhões para a saúde. Ao mesmo tempo repassa recurso sob forma de
137 convênio a instituições privadas de prestação de serviço de saúde. Cita o caso Anita...
138 Numa entrevista o Secretário Bonow disse que aquela situação é de responsabilidade
139 do município. O Secretário esclarece que o Gestor Municipal não gerencia o hospital
140 que é federal, esse tem a responsabilidade de regular o Sistema Municipal de Saúde.
141 O objetivo das denúncias é inviabilizar o SUS em PoA. O Deputado se balizou pela
142 tabela do DATASUS e em valores fictícios. O município entrará com uma interpelação
143 judicial contra o deputado e contra a SSMA, a Procuradoria Geral do Município está
144 construindo o objeto da ação. Porto Alegre está solicitando que os fatos sejam
145 investigados pela Comissão Intergestores Tripartite (constituída pelo Ministério da
146 Saúde, Conselho de Secretários Estaduais de Saúde e Conselho de Secretários de
147 Saúde) e pelos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde. Humberto manifesta-se que
148 como coordenação está acompanhando mais de perto a rotina da SMS. Observa que a
149 imprensa tem solicitado entrevistas e manifestações para a SMS. O Estado não
150 aparece na educação, faltam professores. A imprensa quer que o município de conta
151 de tudo. Observa que numa pesquisa de opinião na TV COM o resultado foi favorável
152 ao município. Essa crítica refere-se à competência do CMS. Temos que lembrar como
153 o Estado entregou os serviços. A política excludente vem sendo realizada. Em POA o
154 SUS está atendendo. Inscreveram-se dez conselheiros para se manifestarem sobre o
155 assunto. Sr. Valmore - Sindicato dos Jornalistas é repórter do Estadão, informa que o
156 editor pediu uma matéria - "Crise na Saúde em PoA". Destaca que a atitude nossa de
157 ser mais ofensiva. Sugere que a SMS baseado na lei de imprensa, processe o
158 deputado por calúnia e difamação. Os jornais não estão dando a mínima para as
159 explicações, não dão destaque. Conseguir espaço na imprensa só pago. Sr. Stênio diz
160 que isso é disputa eleitoral e por um modelo de gestão. O CMS deve sair na defesa do
161 SUS. No encontro de conselheiros dia 06/4 e no 07/4, Dia Mundial da Saúde, deve-se
162 denunciar. Conselheiro Renato fala que a AP deve comprar espaço e divulgar material
163 para população. Sugere que o CMS visite o Secretário para cobrar responsabilidade
164 dele como Gestor Estadual. Lutamos pelo SUS e não devemos ficar na defensiva. Sr.^a
165 Alda - Hospital Sanatório Partenon, registra sua revolta enquanto trabalhadora da

166 saúde. Não podemos admitir a privatização. Conselheiro Jairo informa que os hospitais,
167 dentre os quais os filantrópicos estão sendo chamados pelo ministério Público para
168 discutir um termo de compromisso no qual o hospital garantirá o atendimento a todos
169 que o procurarem, caso não exista leitos disponíveis a remoção para um outro local
170 será de responsabilidade do hospital. Considera que os gestores municipal e estadual
171 devam ser chamados, porque no município já existe o SAMU e a proposta da central
172 de leitos. Conselheiro Riograndino registra que no interior do estado a prestação de
173 serviços se dá mediante pagamento. Conselheira Palmira comenta que quando os
174 auditores dos ministérios da saúde e Fazenda estiveram aqui, relatou-se a organização
175 e estrutura interna do CMS. Esses avaliarão de forma positiva nosso trabalho, também
176 destaca que em 1997 a câmara de vereadores reduziu os gastos com publicidade da
177 PMPA. Sr. Gilberto sugere que procuremos espaços alternativos na mídia para divulgar
178 nosso trabalho tal como “programa do ratinho” na TV Record. O coordenador consulta
179 o conselheiro Roger a fim de saber se pode ser usado o recurso do fundo municipal de
180 saúde para publicação de uma nota do CMS. Conselheiro Roger diz que sim. A plenária
181 aprova a constituição de uma comissão para elaborar a nota, essa deverá abordar: a
182 defesa do SUS e a competência do CMS. Ficaram responsáveis por isso as
183 Conselheiras Vera - CLS 8 e Ana Lúcia - Centro dos Hemofílicos, Sr. Valmaro sind.
184 Jornalistas e Secretaria Executiva do CMS. Secretário informa que a administração
185 popular irá publicar uma nota paga na grande imprensa contendo “A verdade sobre a
186 saúde” e também será confeccionado um boletim para ser amplamente distribuído. A
187 nota foi aprovada com 28 votos a favor, 02 votos contrários e 02 abstenções. **Aviso da**
188 **Secretaria Executiva:** Coordenador Humberto informa que no dia 12 de março foi
189 realizada uma auditoria no CMS pelos Ministérios da Saúde e da Fazenda.
190 Acompanharam este processo, além do Coordenador, as conselheiras Neusa, Juracy e
191 Palmira e pela Secretaria Executiva Sr.^a Elaine e Silvia. Na ocasião foi explicado o
192 funcionamento, organização interna, instâncias de participação e repasse de
193 documentos, tais como: atas, leis, regimento das comissões internas, relação de
194 conselheiros, nominata da coordenação, calendário de reuniões 97/98, relação da
195 coordenação dos Conselhos Locais e endereço das reuniões. A seguir Sr.^a Silvia faz a
196 leitura das correspondências recebidas: SEMAPI - reunião para discussão da situação
197 da FEBEM dia 19 de março; COSMAM - reunião ordinária dia 17 de março,
198 estabelecimento de consórcio intermunicipal na área de Saúde; GAPA - Coquetel de
199 Lançamento do Calendário “ANO VIDA” dia 12 de março; Conselho Nacional de Saúde
200 - Plenária Nacional de Conselhos de Saúde dia 25 e 26 de março em Brasília; CES - IV
201 Encontro Estadual de Saúde dia 06 de abril, Preparatório para o II Encontro Nacional
202 de Conselhos de Saúde de 02 à 04/06 em Brasília. Conselho Municipal Direitos da
203 Criança e Adolescentes - reunião dia 06 de abril às 9h; AGAPAN - Ofício 07/98 sobre
204 desligamento do CMS; Comissão de Educação, cultura, Desporto, Ciência Tecnológica
205 da Assembléia Legislativa - Tema: Política de Prevenção das Doenças Sexualmente
206 Transmissíveis dia 24 de março; CUT - reunião dia 13/03 sobre o Dia Mundial da
207 Saúde, reunião dia ¾ sobre a Política de Saúde do Município de PoA, reunião dia
208 20/03 sobre retomada do Comitê em Defesa dos Hospitais Públicos; Governo do
209 Estado, Secretário do Estado e Presidente da Fundação Estadual de Bem Estar do
210 Menor - cerimônia de inauguração do Centro de Juventude dia 24/03. Nada mais tendo
211 a tratar a reunião deu-se por encerrada às 21 h e 45 min.

212

213

214

215

216

Jane Pilar
Secretaria Executiva CMS/POA

Silvia Martins
Secretaria Executiva CMS/POA

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 05/04/1998.